

Ano com desemprego e sem crescimento

São Paulo — As projeções dos economistas para 1999 trazem duas certezas: 1998 deixará saudade e a chegada do ano 2000 será bem aguardada. O desemprego saltará dos atuais 7% para a faixa dos 9%. O crescimento econômico deverá cair entre 1% e 3% e os juros continuarão elevados: baterão em dezembro em 20% ao ano e deverão reduzir bem a velocidade dos investimentos em fábricas, lojas e na agricultura. A boa notícia será a continuidade da inflação anual baixa, que deverá ficar entre 1% e 2%.

Para os analistas, o desempenho político do governo no Congresso será crucial no primeiro trimestre para diminuir a recessão de 1999. O mercado financeiro vai ser marcado por muito nervosismo até que o governo consiga a aprovação de duas medidas essenciais ao pacote fiscal divulgado em outubro, cortando despesas e aumentando receitas em até R\$ 28 bilhões: uma delas é a subida de 0,20% para 0,38% da CPMF. Outra votação importante envolve o aumento das contribuições do funcionalismo à

Previdência e a diminuição, na prática, dos benefícios pagos aos aposentados e pensionistas inativos.

O pedido aos deputados para que votem a favor das duas medidas até março, feito pelo secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, indica que o governo está muito preocupado com o tempo. Se forem aprovadas naquele mês, o Executivo poderá contar com R\$ 1,5 bilhão de receitas extras mensais a partir de julho. "Os in-

vestidores internacionais aguardam do Brasil respostas ágeis para aumentar a arrecadação. No segundo semestre, as metas de contenção de gastos serão mais apertadas, portanto as receitas não poderão cair", analisa Arturo Porzecanski, diretor do banco ING Barings.

EMPENHO

Ao aprovar todo o pacote fiscal no Congresso, o governo indicará aos investidores que está empe-

nhado em cortar despesas e melhorar as contas públicas. "Isso será fundamental para reconstruir a credibilidade do país junto à comunidade financeira", afirma Carlos Langoni, ex-presidente do BC. Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, confirma que o reaquecimento da economia no segundo semestre dependerá da reconquista dessa credibilidade: "Com o sucesso das votações, os juros cairão mais rapidamente, o refinancia-

mento de linhas de créditos externas aumentarão, afastando o medo da fuga contínua de dólares. Diminuirá muito a tensão sobre a moeda, derrubando o risco de uma crise cambial."

Para alguns economistas, contudo, o Brasil não atingirá as metas acertadas no recente acordo assinado com o FMI. Na opinião de Luiz Gonzaga Belluzo, professor da Unicamp, será muito difícil o governo cortar neste ano R\$ 30 bi-

lhões dos R\$ 72 bilhões do déficit público de 1998. Para ele, ajuste fiscal só dá certo quando há aumento de receitas, o que ocorre com a economia em expansão. "O cenário não é de crescimento. Além disso, os juros não ficarão abaixo dos 20%, o que aumentará os gastos públicos. O superávit primário (receitas menos despesas, sem juros), ficará em 1,5% do PIB, longe dos 2,6% fechados no acordo com o Fundo." (RL)

O QUE OS ECONOMISTAS ESPERAM

	Edmar Bacha (BBA Creditanlt)	Paulo Leme (Goldman & Sachs)	Carlos Langoni (Ex-presidente do Banco Central)	José Márcio Camargo (PUC-RJ)	Luiz Gonzaga Belluzo (Unicamp)	Luciano Coutinho (Unicamp)
Crescimento (% do PIB)	-1,5%	-2%	De -1% a -3%	-1% a -2%	-1,5%	-1,5%
Inflação	1,5% (IPC)	1%	De 1% a 2%	—	1,5 a 2%	-1,5%
Desvalorização cambial	8,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%
Taxas de juros	20%	21%	22% (média ao ano)	18% (final do ano)	20% (final do ano)	20% (final do ano)
Balança comercial	Zero	+ US\$ 3 bilhões	- US\$ 500 milhões a + US\$ 500 milhões	- US\$ 2 bilhões a zero	+/- US\$ 500 milhões	Zero
Déficit em conta corrente	US\$ 26 bilhões	US\$ 25 bilhões	US\$ 24 bilhões	US\$ 25 bilhões	US\$ 28 bilhões	US\$ 28 bilhões
Déficit público nominal (% do PIB)	4,7%	5,3%	5,0%	4,8%	6,5% a 7%	5,5%
Superávit primário (% do PIB)	2,6%	2,2%	2,0%	2,5%	1,5%	1,8%
Desemprego	9%	—	Pouco acima de 10%	9%	12% a 13%	10,5%